

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM ANTROPOMETRIA DE CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS EM DOURADOS-MS

Jaine Fernandes de Aquino^{1*}, Naiara Ferraz Moreira¹, Lorraine Aparecida Pinto², Kátia
Gianlupi Lopes², Rita De Cassia Bertolo Martins¹.

1. UFGD;
2. Secretaria Municipal de Saúde de Dourados-MS.

* Autor para contato: jaineaqn@gmail.com

O monitoramento do ganho de peso e crescimento é relevante em crianças menores de 2 anos, por possibilitar sinalização precoce de obesidade e subnutrição. A capacitação de profissionais da saúde em antropometria é indispensável para a padronização dos procedimentos técnicos, minimizando erros, possibilitando maior controle da qualidade das medidas e dados mais fidedignos sobre o estado nutricional, dessa fase da vida. Este estudo teve por objetivo identificar as técnicas antropométricas adotadas na aferição de comprimento e peso de crianças menores de dois anos. Trata-se de estudo observacional e descritivo, realizado com profissionais (n=593) das Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família (UBS/UBSF) de Dourados-MS, que participaram de capacitação em antropometria. Foram utilizados balança mecânica pediátrica, estadiômetro horizontal de 146cm, milimetrado, e bonecos próprios para treinamento de antropometria, como modelos de crianças menores de dois anos. Após receberem as orientações em como proceder cada medida antropométrica, os profissionais realizaram a parte prática da capacitação, individualmente, para aferir o peso e comprimento dos modelos. Um acadêmico de Nutrição, previamente capacitado, observou as duas mensurações de cada profissional e registrou em formulário estruturado com todas as técnicas recomendadas pelo Ministério da Saúde. Todos os dados foram digitados em planilhas (Excel) e os resultados analisados conforme as categorias profissionais. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFGD (CAAE 78203517.0.0000.5160). A capacitação foi realizada com profissionais de 33 UBS/UBSF, com adesão de 522 (88%) profissionais para a medida de comprimento e de

517 (87,2%) para peso, sendo a maioria do sexo feminino, em ambas as mensurações (85,1%; 85,5%, respectivamente). Com relação às mensurações de comprimento e peso, respectivamente, a maior participação foi de Agentes Comunitários de Saúde-ACS (40,8%;41,4%), seguidos de Auxiliares/Técnicos de enfermagem-A/TE (15,7%;15,5%) e outros profissionais nível médio (NM) (18%-18,2%); e menor participação de Enfermeiros (98%;7,5%), Médicos (6,3%;6,6%) e outros de nível superior (NS) (10,9%;10,6%). Quanto ao uso das técnicas corretas para aferir comprimento/peso, observou-se que as frequências variaram entre as categorias profissionais. Enquanto o comprimento foi aferido corretamente, em maior frequência, pelos Médicos (45,5%), o peso foi pelos Enfermeiros (46,2%); entre os A/TE apenas 23,2% e 18,8%, respectivamente, as realizaram corretamente; e entre os ACS, 23,2% e 18,8%, respectivamente. O erro mais cometido na aferição do comprimento foi postura incorreta (NM=80,9%, ACS=67,1% e A/TE=67,1%) e para o peso, foi não conferir a tara da balança (NM=64,9%, ACS=58,4% e NS=43,6%). Cerca de 35% dos profissionais mediram o comprimento do modelo com roupa/fralda e 28% cometeram o mesmo erro para peso. Tais erros implicam em aumento ou redução do valor da medida aferida, impactando na classificação do estado nutricional da criança. Medidas não fidedignas geram resultados equivocados e comprometem o planejamento de ações específicas para crescimento infantil. Conclui-se que, embora os profissionais tenham recebido as orientações quanto às técnicas padronizadas para antropometria de menores de dois anos, ainda apresentaram dificuldades na sua execução. Para garantir maior qualidade nas medidas antropométricas aferidas em serviços de saúde, as capacitações precisam ser realizadas de forma contínua e incorporadas à rotina dos profissionais.

Palavras-chave: Saúde pública, Treinamento em serviço, Vigilância nutricional.

Agradecimentos: A pesquisa contou com recursos financeiros da FUNDECT/DECIT-MS/CNPq/SES/Edital PPSUS-MS N° 03/2016.